

# “O REGIME ESTÁ DOENTE”

Na sessão solene para evocar a Revolução do 25 de Abril, no domingo, no Parlamento, Rui Rio fez um diagnóstico sobre o regime, considerando não ser de estranhar que “Portugal celebre hoje o nascimento do regime num clima de algum descontentamento e descrédito”



pág. 4

#### PARLAMENTO

**PSD PEDE A FISCALIZAÇÃO DO REGIME ESPECIAL DAS EXPROPRIAÇÕES**

Cancela Moura anunciou que “o PSD vai formalizar um pedido de fiscalização sucessiva abstrata, requerendo que o Tribunal Constitucional aprecie e declare a inconstitucionalidade” deste decreto do Governo



pág. 8

#### LOCAIS

**ASSEMBLEIA DE ÓBIDOS RECLAMA CLASSIFICAÇÃO DA LAGOA E REQUALIFICAÇÃO DA LINHA DO OESTE**

A Assembleia Municipal de Óbidos aprovou, dia 23, por unanimidade, duas moções no sentido de avançar com um processo de classificação da Lagoa e de exigir ao Governo a requalificação integral da Linha do Oeste



pág. 9

#### REGIONAIS

**BOLIEIRO DESTACA CAPACIDADE DE ENCONTRAR “CONSENSOS” NA GOVERNAÇÃO NOS AÇORES**

Para o presidente do Governo dos Açores, o mais importante é a capacidade de “encontrar denominadores comuns” e de “consensos” entre partidos na solução governativa na Região



**JOSÉ CANCELA MOURA**  
Diretor do "Povo Livre"

## CURTO-CIRCUITO

O paradigma energético tem sofrido mudanças significativas nas últimas décadas. Os biocombustíveis, a energia eólica ou a energia solar fazem agora parte da matriz energética global, consagrados nos objetivos de desenvolvimento sustentável, definidos pela Cimeira das Nações Unidas, em 2015.

No plano interno, a aposta nas energias renováveis contrabalança com as carências endógenas de que o país padece em matéria energética. Importamos produtos petrolíferos para assegurar o funcionamento da economia, nomeadamente indústria e serviços e também para suprir as necessidades do mercado nacional, como por exemplo os transportes e consumo doméstico.

A descarbonização é uma ambição necessária, mas implica que o Governo tome medidas assertivas para acelerar a transição e reduzir a dependência do exterior. A meta é que Portugal atinja 47% de energia a partir de fontes renováveis no consumo e 20% de energia renovável, nos transportes, em 2030.

Só que o objetivo não bate certo com as políticas públicas do Governo.

Não surpreende, pois, que a eletricidade nacional seja uma das mais caras da União Europeia, fatura que resulta, grosso modo, da componente fiscal – 47% da conta são impostos e taxas para os clientes domésticos. Só a Dinamarca e a Alemanha batem Portugal no peso dos impostos na conta da eletricidade.

Nos combustíveis, a realidade é, em todo, idêntica. Portugal tem a quarta gasolina mais cara da Europa, preço que decorre, uma vez mais, da carga fiscal que incide sobre os produtos petrolíferos – 60,5% no caso da gasolina e 54,9% no diesel.

Um autêntico festim de tributações.

E, neste particular, convirá lembrar o episódio bizarro de fevereiro de 2020, protagonizado pelo PS que, no âmbito da Orçamento do Estado, votou contra a redução do IVA da eletricidade. Facto que evidencia a (in)coerência dos socialistas, que enchem a boca de injustiças sociais, mas que, na hora H, se borrifam para a proteção dos consumidores.

O Governo promete agora um verdadeiro El Dorado energético, com o hidrogénio verde, anunciando a pretensão de investir 7 mil milhões de euros até 2030, numa estratégia totalmente desprovida de racionalidade económica. Os especialistas, incluindo os economistas, acusam o Executivo de estar a cometer um erro ao enveredar por uma megalomania absurda, um crime económico de lesa-pátria.

Porque o problema radica na subsidiação do Estado e de um modelo de financiamento, em que os custos sobram sempre para os contribuintes. Estaremos, no fim de contas, diante de um negócio da China para certas empresas, como qualificou o Presidente do PSD, durante o debate do Estado da Nação do ano passado.

Honra lhe seja feita, temos um Governo que, como é seu apanágio, tanto permite um apagão fiscal na venda das barragens do Douro, como dá a mão a grupos económicos poderosos e aos lóbis do setor, seja à EDP ou aos investidores privados nos negócios do lítio ou do hidrogénio verde.

O Governo aposta na mesma receita ruínosa de sempre, quer através de impostos, quer por intermédio de rendas garantidas, para depois retribuir com meia dúzia tostões, com um bónus ridículo para descontar na fatura da eletricidade.

É sempre o dinheiro dos nossos impostos que paga os desvarios dos governos socialistas, que no caso da política energética encontra mais um caso flagrante de curto-circuito financeiro. Pior seria impossível. Neste caso, nem é preciso esperar pela decisão instrutória. São os contribuintes que pagam sempre os crimes que o PS declara prescritos.

## RUI RIO NA SESSÃO DO 25 DE ABRIL

# “O REGIME ES DOS SEUS PRO

Rui Rio defende “vontade política e ambição” para fazer reformas e combater o “descontentamento” e o “descrédito” que reina entre os cidadãos, 47 anos depois do triunfo da democracia.

Na sessão solene para evocar a Revolução dos Cravos, no domingo, no Parlamento, o Presidente do PSD começou por fazer um diagnóstico sobre o regime, considerando não ser de estranhar que “Portugal celebre hoje o nascimento do regime num clima de algum descontentamento e algum descrédito”. “Se a sociedade muda a grande velocidade, é imperioso que os regimes políticos estejam, também eles, capazes de se adaptar às novas realidades”, referiu.

Para Rui Rio, “tem faltado vontade política e ambição para se realizarem, com a necessária coragem, as reformas que a realidade reclama e a prudência aconselha”.

“Não será, pois, de admirar o crescente divórcio entre os cidadãos e o atual estado do nosso regime que, apesar das virtualidades que em si mesmo encerra, não tem sido capaz de se regenerar e de desenquizar os interesses que o tempo foi instalando”, referiu.

O líder do PSD sublinha que “se essas reformas não forem feitas, não será, seguramente, com ‘cordões sanitários’, nem com artigos de opinião radicais, que venceremos os extremismos emergentes”.

Um dos setores que apresenta “mais razões de descontentamento” e para o qual Rui Rio tem persistentemente clamado por uma mudança é “a falta de eficácia” do sistema de Justiça.

“Quando se ouve o politicamente correto dizer que ‘isto é a Justiça a funcionar’, é por demais evidente que o povo, que sabe bem que ‘isto é a Justiça a não funcionar’, só se pode revoltar contra o domínio da hipocrisia sobre a verdade e a coragem”, salientou.

A este propósito, Rui Rio censura “as permanentes violações do segredo de justiça, a incapacidade de punir a corrupção e o crime de colarinho branco que tem arruinado as finanças públicas e as poupanças de muitas famílias ou as investigações-espetáculo que amesquinham os direitos humanos e promovem julgamentos populares” como “exemplos lapidares de como o regime está doente e divorciado dos seus próprios princípios”. “Infelizmente, grassa hoje entre nós um claro sentimento de impunidade, seja relativamente aos mais poderosos, seja no que concerne ao próprio sistema judicial, que se autogoverna com evidente défice de transparência”, criticou.

Sobre a morosidade da justiça, Rui Rio é também perentório: “Quando a Justiça não é feita em tempo útil, pura e simplesmente, não é Justiça”.

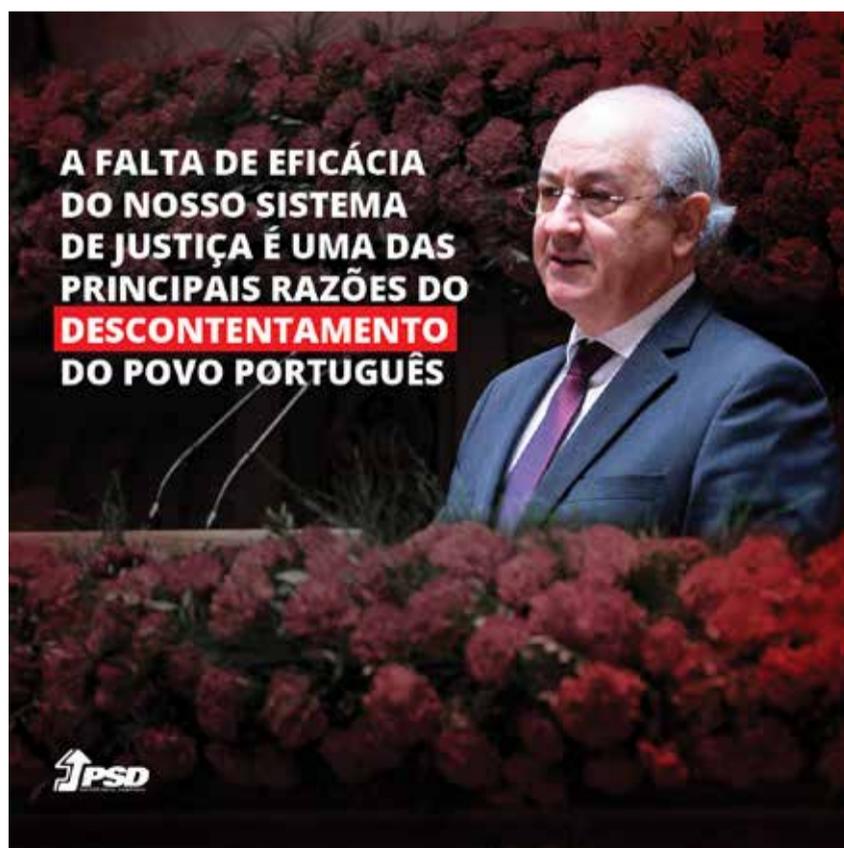
Rui Rio deixou exemplos de outras reformas que considera essenciais para Portugal, como a modernização do sistema político, a descentralização, o combate às assimetrias regionais e a sustentabilidade da segurança social. “Celebrar o 25 de Abril tem de ser, antes do mais, defender a democracia, identificando as suas fragilidades e apontado caminhos para o seu fortalecimento. Mais do que repetir palavras que já nada acrescentam, a evocação do 25 de Abril deve ser um contributo realista para rasgar horizontes e dar esperança aos portugueses”, defendeu, num discurso aplaudido de pé pelo grupo parlamentar do PSD.

Já no final, após a sessão do 47.º aniversário do 25 de Abril, o Presidente do PSD admitiu “votar a favor” de um texto que parta da proposta da Associação Sindical dos Juizes para criminalizar a ocultação de riqueza, mas avisou que “é um pormenor” da reforma da justiça que defende. “O que a Associação Sindical de Juizes vem propor é um ajustamento ao que já existe, no quadro constitucional, até se se pode votar a favor, adotar essa solução”, admitiu.

Por outro lado, Rui Rio reafirma que o “PSD está disponível para um consenso quanto às reformas necessárias do regime, até para credibilizar o regime e fomentar crescimento económico e social”.

Rui Rio considera que o Presidente da República fez “uma excelente intervenção”, das melhores que ouviu nas sessões do 25 de Abril, “foi pedagógico e foi didático e procurou mostrar-nos como se chega até aqui”, e insistiu que todos os partidos têm de “estar disponíveis para fazer as reformas de que o país precisa” e que até se sente “um bocado sozinho”.

# “STÁ DOENTE E DIVORCIADO ÓPRIOS PRINCÍPIOS”



# PSD PEDE A FISCALIZAÇÃO DO REGIME ESPECIAL DAS EXPROPRIAÇÕES

O PSD considera que o regime especial para expropriações e servidões administrativas no âmbito de projetos do Programa de Estabilização Económica e Social (PEES) é inconstitucional e vai requerer ao Tribunal Constitucional a sua fiscalização.

Numa conferência de imprensa no Parlamento, dia 21, Cancela Moura anunciou que “o PSD vai formalizar um pedido de fiscalização sucessiva abstrata, requerendo que o Tribunal Constitucional aprecie e declare a inconstitucionalidade” deste decreto do Governo que “não respeita os princípios dos expropriados, nem da legalidade”.

De acordo com o deputado, o pedido de fiscalização ao Tribunal Constitucional justifica-se porque são “violados os princípios da proporcionalidade e o direito da propriedade privada”. “Entre o preconceito ideológico e esta azáfama legislativa, ao Governo apenas escapou o pequeno pormenor de conformar este regime com os princípios do Estado de Direito e sobretudo com a Constituição”, apontou.

“Num Estado de direito, apesar da pandemia não pode valer tudo”, sublinhou o parlamentar, acrescentando que o PSD não está uma, nem duas, mas três vezes contra. “Contra esta espécie de confisco. Contra esta perigosa arbitrariedade. Contra esta negação do Estado de Direito”, disse.

Para Cancela Moura, não se compreende esta restrição injustificada do direito à propriedade privada, nem a forma manifestamente desproporcionada como o Governo pretende fazer prevalecer a própria noção de interesse público. “Expropriar ou constituir servidões já é, de per si, um ato excecional e urgente, regulado no Código das Expropriações. Por isso, não se compreende que o Governo pretenda criar um regime que estabelece uma exceção à exceção de expropriar e confira prioridade à



urgência de tomar posse, ainda por cima à margem do disposto no artigo 2.º, do Código das Expropriações, por não respeitar os direitos dos expropriados, nem observar os princípios da legalidade, justiça, proporcionalidade, imparcialidade e boa-fé”, referiu.

De acordo com o Executivo, o objetivo deste regime especial é acelerar expropriações e a posse administra-

tiva, que incidem sobre obras em equipamentos, redes e infraestruturas no âmbito do PEES, tendo em conta o impacto económico e financeiro da pandemia de covid-19. Contudo, Cancela Moura afirma que este procedimento passou a ser tão célere e tão focado no Estado que ignora e viola os “interesse dos expropriados e o direito à propriedade privada”.

## GOVERNO TRANSFORMOU A TAP NUM “PESADELO PARA OS CONTRIBUINTES”

O PSD lamenta que a “incapacidade, incompetência e impreparação” do Governo na gestão da TAP tenha tornado a empresa num “pesadelo para os contribuintes” e numa verdadeira “galeria de horrores”.

Com os resultados conhecidos a revelarem prejuízos superiores a 1200 milhões de euros, Cristóvão Norte considera que estamos perante um “pesadelo para os contribuintes”. “Os portugueses já colocaram na TAP 1200 milhões de euros, no Orçamento de 2021 estavam previstos 500 milhões que foram reavaliados para 900 milhões. No cômputo geral, já é expectável que os portugueses assumam, quer em termos diretos ou indiretos, garantias na ordem dos 3,7 mil milhões de euros”, denunciou o deputado numa declaração no Parlamento.

Em simultâneo, apesar das promessas do Executivo, a TAP está sem Presidente da Comissão Executiva há nove meses e o plano de reestruturação da empresa, que o Governo prometeu que estaria concluído em fevereiro, continua sem existir.

Este incumprimento, frisa o deputado social-democrata, “revela uma forma incapaz de tratar dos assuntos da TAP, penalizando os contribuintes sem oferecer garantias indispensáveis para assegurar que a empresa não se tornará mais um sorvedouro de dinheiros públicos”.

Cristóvão Norte acusou ainda o Executivo de ter transformado a TAP “numa coutada particular” quando, em 2016, decidiu renacionalizar a companhia aérea e, com essa opção, criar custos avultados para todos os portugueses.

# CONTAMINAÇÃO DOS SOLOS, PSD ACUSA O GOVERNO DE “APATIA, INCÚRIA E INAÇÃO”



O PSD acusa o Governo de “apatia, incúria e inação” por ter deixado na gaveta, desde 2015, a Lei dos Solos. Numa declaração política em nome do PSD, Bruno Coimbra começou por alertar que os solos contaminados são “um grande perigo, um problema real” e uma ameaça à Saúde Pública e aos Recursos Naturais.

Apesar dos seus impactos, o coordenado do PSD na Comissão de Ambiente afirmou que o Ministro do Ambiente optou por ignorar todos os alertas e registou seis longos anos de incompreensível inação. Esta apatia governativa, adianta o deputado, “contrasta com a urgência evidente, comprovada por várias notícias de casos preocupantes, existentes de norte a sul do país, onde os solos encerram o legado tóxico de antigas instalações industriais, atividades petroquímicas, zonas mineiras ou deposição ilegal de resíduos perigosos.”

Bruno Coimbra recordou os vários casos conhecidos e destacou que só as Jornadas Mundiais da Juventude, que se vão realizar em terrenos que estão contaminados, fizeram o Governo dar sinais de vida e aprovar “não uma solução, não o enquadramento legal, mas um grupo de projeto, que terá de abordar este tema.”

Este e os outros casos que se registam em Lisboa, frisa o parlamentar, dão uma “sublime sintonia de apatia e irresponsabilidade socialista: um Governo adormecido ao longo de 6 anos; um Grupo Parlamentar que diz compreender a urgência, mas que vota contra os projetos que instam à resolução dos problemas; uma Câmara Municipal de Lisboa que se comprometeu há quatro anos a fazer um Mapa dos Solos Contaminados da Cidade, mas que não fez.”

“Não podemos aceitar este estado de coisas”, afirma o deputado, antes de exigir mais diligência ao Governo no reforço das ações fiscalizadoras e inspetivas e menos “propaganda e ‘show-off’ mediático”.

## LEI ELEITORAL AUTÁRQUICA

# PS DEU “UMA GRANDE CAMBALHOTA”

O PSD acusou o PS de ter dado uma “grande cambalhota” e de ter invertido completamente as suas posições em relação à Lei Eleitoral Autárquica. A poucos meses da realização de eleições autárquicas, o Parlamento aprovou alterações à Lei Eleitoral, numa votação que, de acordo com Hugo Carneiro, revelou a total ausência de convicções por parte dos socialistas.

Numa declaração aos jornalistas no Parlamento após a votação, o deputado frisou que as convicções do PSD “não mudam em menos de um ano” e que foi isso que aconteceu com o PS, que “deu uma grande cambalhota e inverteu completamente as suas posições. O PS, em termos de convicções, tem uma posição zero.”

Segundo o deputado, os socialistas, no ano passado, concordavam com a posição do PSD que defende que a mesma pessoa não se pode candidatar simultaneamente à câmara, assembleia e freguesia. Contudo, agora os partidos inverteram completamente esta posição e reverteram essa decisão. “Isto tinha sido corrigido o ano passado na Lei Eleitoral e os partidos agora inverteram completamente esta posição”, criticou.

Hugo Carneiro sinalizou ainda como negativo que tenha sido chumbada a obrigatoriedade de os tribunais fiscalizarem a identidade e as assinaturas dos grupos de cidadãos eleitores, uma exigência que o PSD tinha feito.



**ESTADO DE EMERGÊNCIA**

# PORTUGAL PODE UTILIZAR OUTROS INSTRUMENTOS LEGAIS



Ricardo Baptista Leite considera que Portugal pode utilizar outros instrumentos legais, para lá do estado de emergência, para conseguir responder à pandemia. Numa declaração aos jornalistas no final da reunião do Infarmed, o vice-Presidente do grupo parlamentar do PSD sublinhou que essa é uma decisão que pertence ao Presidente da República e garantiu que o PSD estará sempre do lado da solução, mas recordou que há exemplos do ano passado em que se recorreu às leis da proteção civil e que isso foi suficiente.

De acordo com o deputado, a tendência positiva registada nas últimas semanas revela que estamos em condições para o país, a nível nacional, avançar para a última fase do processo de desconfinamento, já na próxima segunda-feira.

Para Baptista Leite, os números trazem uma “esperança para que nas próximas semanas e meses possamos continuar um caminho de desconfinamento fundamental para que a sociedade possa, aos poucos, regressar aos poucos à normalidade”.

O social-democrata destacou ainda o impacto da vacinação na redução do número de casos graves e da mortalidade, adiantando que a vacinação é fundamental.

A terminar, Ricardo Baptista Leite frisou que é fundamental que o Governo faça tudo o que está ao seu alcance para não voltar a perder o controlo desta pandemia. “Infelizmente, o país, ao longo do ano, viveu vários momentos em que se perdeu o controlo por completo da pandemia, em que o exemplo mais grave foi entre dezembro e fevereiro deste ano, e o confinamento surgiu como último recurso.” Para o deputado, o Governo tem de ter uma mensagem clara e tem de continuar a aumentar a testagem e a garantir o rastreamento e isolamento dos casos suspeitos.

## PSD APRESENTA PROJETO DE LEI PARA MELHORAR O REGIME JURÍDICO DO TELETRABALHO

O grupo parlamentar do PSD entregou no Parlamento um projeto de lei que altera o regime jurídico-laboral do teletrabalho. Nesta iniciativa, a bancada social-democrata salienta que “sem prejuízo da necessidade de promover o justo enquadramento das novas formas de prestação de trabalho, promove, depois de auscultar os parceiros sociais, patronais e sindicais, com o presente projeto de lei, alterações necessárias ao quadro legislativo, no sentido de clarificar e densificar algumas debilidades que se têm sentido na aplicação do regime de teletrabalho”.

Uma das alterações visa consagrar que “os valores que o empregador tenha que suportar para custear as despesas inerentes ao teletrabalho são, para efeitos fiscais, consideradas como custo para as empresas e não constituem rendimentos para o trabalhador”.

Outra preocupação do PSD é garantir a reserva da vida privada do trabalhador, de modo que o “empregador tenha o dever de respeitar a privacidade do trabalhador e do seu agregado familiar”.

De acordo com a proposta do PSD, “sempre que o teletrabalho seja realizado no domicílio do trabalhador, a visita ao local de trabalho só pode ter por objeto o controlo da atividade laboral, bem como dos instrumentos de trabalho e apenas pode ser efetuada na presença do trabalhador e durante o período normal de trabalho”.

Com as alterações propostas, os deputados social-democratas pretendem “clarificar e melhor acautelar situações de acidentes de trabalho, introduzindo a flexibilização do conceito de local de prestação de trabalho de forma a prevenir eventuais entropias decorrentes da rigidez que atualmente vigora e que podem culminar em sérios prejuízos para os direitos de trabalhadores e entidades patronais”.



O objetivo destas alterações é o de, “tendo em conta os diversos interesses em causa, dar resposta aos trabalhadores e às entidades patronais, considerando as opiniões e contributos dos parceiros sociais (...) pelo seu papel de estabilizador social e com quem contamos para desenvolver o país e preservar a harmonia e paz sociais”.

# TRIBUNAL DE CONTAS DESMASCARA PROPAGANDA DO GOVERNO NA PREVENÇÃO E COMBATE AOS INCÊNDIOS



É também necessário que muito do investimento que tem sido feito em conhecimento e sistemas de informação não se fique apenas pelos gabinetes e chegue ao terreno, pois, no combate aos incêndios, os meios e a informação é praticamente a mesma de há anos a esta parte.

Na auditoria, o Tribunal de Contas faz várias recomendações ao Governo, à AGIF, à ANEPC, desde logo pelo estabelecimento da coerência territorial, no sentido de que todos os agentes de proteção civil possuam a mesma organização territorial e havendo mudanças que elas sejam simultâneas com os diversos agentes. À Assembleia da República é feita uma única recomendação, nomeadamente que pondere a prorrogação do mandato do Observatório Técnico Independente nesta fase de edificação do sistema do Plano Nacional Gestão Integrada Fogos Rurais.

Importa ainda lembrar que em 2017 e 2018, e no conjunto de 19 países com este tipo de risco, Portugal foi o país com maior número de incêndios rurais e o mais afetado em termos de área ardida, pelo que é urgente reforçar os dispositivos de combate a incêndios.

**O GOVERNO  
TRANSFORMOU  
A TAP NUM  
PESADELO PARA  
OS CONTRIBUINTES  
PORTUGUESES**

PSD



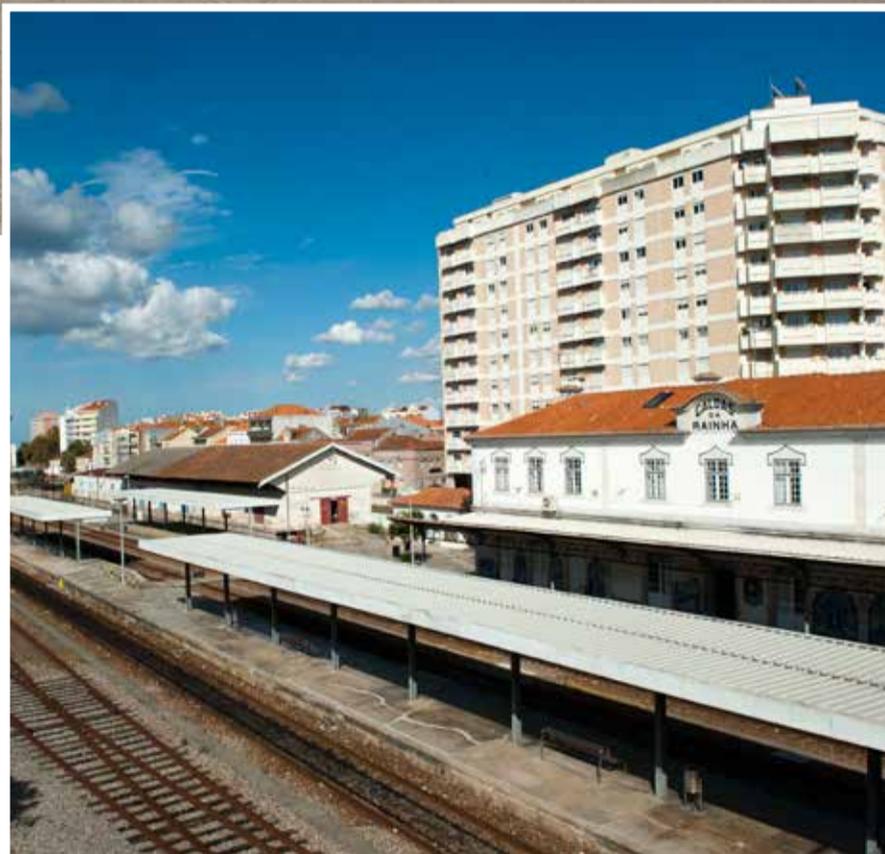
Na auditoria do Tribunal de Contas sobre o “Dispositivo Especial de Combate aos Incêndios Rurais (DECIR)”, que acaba de ser conhecida, e que se refere ao dispositivo de combate a incêndios, os juízes concluem, resumidamente, que as recomendações de 2017 ainda não foram completamente concretizadas e que varias áreas carecem de aperfeiçoamento.

O PSD, que tem vindo sistematicamente a alertar o Governo para a necessidade de reforçar os meios de combate a incêndios, prevenindo tragédias como a que se verificou há quase quatro anos, considera que esta auditoria do Tribunal de Contas vem desmascarar a propaganda do PS, quer ao nível do combate operacional quer ao nível da prevenção de incêndios, pois muito do que o Governo tem anunciado ainda se verifica por concretizar.

O PSD vê com preocupação as fragilidades que o Governo mantém nesta área, pois continua a não fazer tudo o que está ao seu alcance para evitar que pessoas e bens fiquem ao abandono. O que se pretende é menos propaganda e mais ação, pois a Proteção Civil não pode ser um castelo de cartas com pés de barro.

Para os deputados social-democratas, é urgente a inscrição no Orçamento do Estado de um programa transversal para a prevenção e combate aos incêndios, assim como a transferência urgente dos meios aéreos KAMOV para a FAP, e o devido esclarecimento sobre o complexo processo KAMOV. É também necessário que se aposte na melhoria dos sistemas de informação, com devido esclarecimento do sistema de gestão de comunicações de emergência (hoje suportadas no SIRESP).

# ASSEMBLEIA DE ÓBIDOS RECLAMA CLASSIFICAÇÃO DA LAGOA E REQUALIFICAÇÃO DA LINHA DO OESTE



A Assembleia Municipal de Óbidos aprovou, dia 23, por unanimidade, duas moções no sentido de avançar com um processo de classificação da Lagoa e de exigir ao Governo a requalificação integral da Linha do Oeste.

A proposta de recomendação para que as autarquias de Óbidos e das Caldas da Rainha “encetem os trabalhos necessários à eventual classificação da Lagoa de Óbidos como área protegida de âmbito regional” mereceu votação unânime por parte de todos os partidos com assento na assembleia de maioria PSD.

A par com esta recomendação a moção pede ao Governo para que providencie, junto das entidades competentes o imediato arranque das obras de desassoreamento da lagoa”, um investimento de 14,7 milhões de euros que aguarda a assinatura de consignação da empreitada.

Em causa está a segunda fase das dragagens da Lagoa de Óbidos que contempla a retirada de 850 mil metros cúbicos de área para evitar o assoreamento daquele ecossistema, uma intervenção que o PCP lembra na moção que veria ter sido iniciada “em setembro ou outubro de 2019” e que tem sido marcada “pelo protelamento e dilação”.

A segunda moção apela ao Governo a requalificação integral da Linha do Oeste, que liga o Cacém (Linha de Sintra) à Figueira da Foz, e que é considerada “uma alavanca essencial de desenvolvimento da região”. No documento, os deputados vincam que “a última década foi especialmente dramática para a sustentabilidade dos serviços de transporte” ferroviário na linha que só em novembro de 2020 viu consignadas obras de requalificação no troço entre Sintra e Torres Vedras, num investimento de 61,7 milhões de euros.

Em outubro do mesmo ano a Infraestruturas de Portugal (IP) lançou um novo concurso para prolongar a requalificação da linha entre Torres Vedras e Caldas da Rainha, num investimento de 40 milhões de euros.

Nesse sentido, a moção apela ao Governo que desencadeie estudos para avançar com a requalificação entre Caldas da Rainha e o Lourçal até ao final de 2021, e que avance com as obras que permitam reduzir os tempos de percurso.

Os deputados municipais pretendem ainda que a linha “seja equipada com carruagens multifuncionais”, que seja operacionalizada a intermodalidade com os transportes rodoviários e que os passes sociais abrangidos pelo (Programa de Apoio à Redução tarifária nos Transportes (PART) incluam a CP nas deslocações intrarregionais.

# BOLIEIRO DESTACA CAPACIDADE DE ENCONTRAR “CONSENSOS” NA GOVERNAÇÃO NOS AÇORES



José Manuel Bolieiro, presidente do Governo dos Açores, destacou a capacidade de “encontrar denominadores comuns” e “consensos” entre partidos na solução governativa na Região.

“No que diz respeito a uma solução governativa, a nossa concentração estará obviamente na coesão relativamente ao denominador comum para as causas de governação e de objetivos e missão a cumprir”, afirmou José Manuel Bolieiro, numa entrevista à RTP 3.

Em 24 de novembro de 2020, tomou posse o XIII Governo Regional dos Açores, que junta em coligação o PSD, o CDS-PP e o PPM, e conta com o apoio de incidência parlamentar dos dois deputados do Chega e do deputado único da Iniciativa Liberal no Parlamento açoriano. Na semana passada, o Orçamento dos Açores para 2021 foi aprovado na Assembleia Regional em votação final global por PSD, CDS-PP, PPM, Chega e Iniciativa Liberal, a abstenção do PAN e o voto contra de PS e BE.

“Nós identificamos na pluralidade do resultado eleitoral de 2020 a vontade da mudança do povo”, sustentou na entrevista à RTP José Manuel Bolieiro.

O chefe do executivo açoriano salientou, também, que “era preciso construir uma mudança com estabilidade”. “Realizamos obviamente um entendimento que tem como objetivo uma governança autonómica e uma solução alternativa de Governo que projete mudança e reforma” em relação “aos últimos 24 anos de governação” do PS nos Açores, com “resultados que, nalguns casos, precisam obviamente de serem alterados”, venceu.

De acordo com o presidente do Governo dos Açores, “há cada vez mais uma sociedade mais plural e afirmativa de causas”.

O presidente do Governo Regional reiterou ainda que a Região tem “mantido a situação controlada” no que diz respeito à pandemia, frisando que existem “várias ilhas” do arquipélago sem casos de covid-19.

No caso de São Miguel, a maior e mais populosa ilha dos Açores, disse que “a situação apesar de controlada” é “mais exigente”, encontrando-se a ilha em nível de Alto Risco de contágio, “implicando obviamente sacrifícios ao convívio social, bem como também às atividades económicas e com encerramento de escolas” e recurso “ao ensino à distância”.

“Criámos de forma pioneira um sistema de semáforos relativamente a cada comunidade, para que perante cada situação epidemiológica termos logo, à partida, um conjunto de medidas de prevenção”, reforçou.



## 25 ABRIL: BOLIEIRO ELOGIA DISCURSO “BRILHANTE” DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

José Manuel Bolieiro elogiou o “discurso brilhante” do Presidente da República na sessão solene do 25 de Abril, na Assembleia da República, frisando que Marcelo Rebelo de Sousa “procurou estimular o orgulho do conquistado”. “Creio que fez um discurso brilhante sobretudo para desvalorizar o contexto de circunstância, mas valorizar a substância do que é a história da democracia e da liberdade e o que representa a unidade nesta conquista”, sublinhou.

José Manuel Bolieiro esteve presente na sessão solene comemorativa do 47.º aniversário do 25 de Abril na Assembleia da República, em Lisboa.

**CONVOCATÓRIAS DO PSD****RECEÇÃO**

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: [convocatorias@psd.pt](mailto:convocatorias@psd.pt)**DISTRITAIS****PORTO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia Distrital do Porto, para reunir em sessão plenária, dia 6 de maio de 2021, (quinta-feira), às 21H00, no Auditório do TECMAIA – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, sita na Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 (Zona Industrial) - Maia, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Apresentação do orçamento para 2021 e ratificação das contas consolidadas do partido no distrito do Porto, referentes a 2020;
2. Informações;
3. Análise da situação política.

Dado o momento sanitário que vivemos, a reunião da Assembleia Distrital do Porto funcionará num modelo misto, tal como aconteceu na anterior, com a disponibilidade de alguns lugares sentados no auditório e envio de link para os(as) Delegados(as) que queriam participar e intervir de casa.

Nota: Se às 21H00 não houver quórum para o início da reunião, a mesma iniciará-se-á impreterivelmente às 21H30, com o número de militantes presentes

**SECÇÕES****MURÇA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Murça, para reunir no dia 13 de Maio (quinta-feira) de 2021, pelas 21H00, no Auditório dos Paços do Concelho, sita na Praça 5 de outubro, em Murça, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Relatório e contas 2020;
2. Processo Eleitoral Autárquico 2021;
3. Outros assuntos.

**OLIVEIRA DO BAIRRO**

Ao abrigo do art.41º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia de Secção de Oliveira do Bairro, para uma reunião a realizar no dia 15 de Maio (sábado) de 2021, pelas 20H30, no Centro Cultural Professor Hélio Martins, sita no Silveiro, Oiã, com a seguinte

**ORDEM DE TRABALHO**

1. Apresentação dos candidatos às próximas Eleições Autárquicas;
2. Outros assuntos de interesse.

Nota: No sentido de não haver riscos, apela-se ao rigoroso cumprimento das regras de segurança, no que respeita ao uso de máscara ou viseira e ao devido distanciamento social.

**VILA NOVA DE FOZ CÔA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoco a Assembleia de Secção do PSD de Vila Nova de Foz Côa, a reunir no dia 29 de Maio de 2021, (sábado) pelas 15H00 horas, na Sede do PSD de Vila Nova de Foz Côa, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

Eleição dos Órgãos da Secção

1. Comissão Política de Secção;
2. Mesa da Assembleia de Secção

NOTA: As listas candidatas deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, até às 24 horas do 3.º dia anterior ao ato eleitoral. O ato eleitoral previsto na convocatória realizar-se-á no período compreendido entre as 15H00 e as 19H00.

**VILA POUÇA DE AGUIAR**

Nos termos Estatutários, convoco os Militantes da Secção do Partido Social Democrata (PPD/PSD) de Vila Pouca de Aguiar, para reunirem, no próximo dia 7 de maio de 2021 (sexta-feira), às 21H00, na Sede do Partido, sita na Rua Prof. Mota Pinto, n.º10, em Vila Pouca de Aguiar, com a seguinte

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Aprovação do Relatório de Contas de 2020;
2. Eleições Autárquicas 2021;
3. Outros assuntos de interesse para a reunião.

NOTA: Se à hora marcada não estiver presente a maioria dos elementos, a Assembleia funcionará meia hora mais tarde com qualquer número de militantes.

**NÚCLEOS****JOANE**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo de Joane para reunir no próximo dia 19 de Maio (quarta-feira) de 2021, pelas 18H30, no Joannem Auditório (antigas instalações da junta de Freguesia), sita no Largo da República, Joane, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Situação política local e nacional,
2. Eleições Autárquicas 2021,
3. Outros assuntos.

**CONVOCATÓRIAS DA JSD****RECEÇÃO**

Segunda-feira até 18h00

email: [jstdnacional@gmail.com](mailto:jstdnacional@gmail.com)**II CONSELHO NACIONAL ORDINÁRIO DA JSD**

De acordo com os Estatutos e demais Regulamentos da JSD, convoca-se o II Conselho Nacional Ordinário da JSD, a realizar no dia 9 de maio de 2021 (domingo), pelas 15h00, por via digital, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações e Balanço de Atividades;
- 2 – Análise da situação política;
- 3 – Análise, discussão e votação dos documentos de prestação de contas referentes ao ano de 2020.
- 4 – Análise, discussão e votação do plano de atividades e orçamento para o ano de 2021.

**Notas:**

O link da plataforma Zoom será enviado por e-mail a todos os conselheiros e participantes.

**ALVAIÁZERE**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Alvaiázere, para reunir no próximo dia 09 de maio de 2021, pelas 11h na sede do PSD Alvaiázere sita na Estrada Nossa Senhora dos Covões, nº1 3250-180 Alvaiázere, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política;
- 3 – Outros assuntos.

**VILA NOVA DE FOZ CÔA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamentos Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Vila Nova de Foz Côa, para reunir no próximo dia 29 de maio de 2021, pelas 17h00m na sede do PSD Vila Nova de Foz Côa sita na Praça da República, Edifício Sacadi, Loja 6, 5150-677 Vila Nova de Foz Côa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e Mesa de Plenário da Concelhia da JSD de Vila Nova de Foz Côa.

Notas: O Ato Eleitoral decorrerá entre as 17h00m e as 19h00 horas. As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da JSD Distrital da Guarda, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede do PSD da Guarda, sita na Rua Marquês de Pombal, 3 – 2º na Guarda, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

**UISEU**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se, Plenário Concelhio Ordinário da JSD de Viseu, para reunir no próximo dia 7 de maio de 2021 (sexta-feira), pelas 18:30, através de plataforma digital, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política Atual;
- 3 – Apresentação e apreciação do Plano de Atividades;
- 4 – Autárquicas 2021;
- 5 – Outros assuntos.

Nota: O link de acesso ao plenário, será divulgado pelos meios de comunicação interna da JSD Viseu.

**NÚCLEO OCIDENTAL DO PORTO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do Núcleo Ocidental do Porto para Plenário Eleitoral, a realizar no dia 1 de Junho de 2021, às 15h00m, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Ramalde, sita na Rua da Igreja de Ramalde, número 76-92, Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo Ocidental do Porto.

Nota: O ato eleitoral decorre entre as 15h00m e as 17h00m. As listas candidatas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem a substitua, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, no mesmo local onde decorrerá o plenário eleitoral.